

EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL	25. JAN. 1980	ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

A nomeação para a ONU

Melo Antunes não troca Lisboa por Nova Iorque

Carneiro Jacinto

O tenente-coronel Melo Antunes apresentou já ao Presidente da República um pedido de desistência da sua candidatura ao cargo de secretário-geral adjunto da ONU para a Ciência e Tecnologia, segundo apurou «O Jornal» junto de fontes fidedignas.

Melo Antunes, que regressa na segunda-feira de uma visita à Jugoslávia, a convite da Aliança Socialista, parece considerar mais importante neste momento, e face à situação do país, a sua manutenção em Portugal, como conselheiro da Revolução e presidente da Comissão Constitucional. No momento em que aceitou a candidatura Melo Antunes havia, aliás, ressalvado desde logo a possibilidade de rever a sua posição, «se para tanto a evolução da situação a isso o determinasse».

A candidatura de Melo Antunes ao alto cargo recentemente criado pela Assembleia Geral da ONU, foi sugerida, em meados de Novembro, ao chefe da missão de Portugal junto da ONU, Futscher Pereira, pelo embaixador brasileiro Frank da Costa, que contactou a representação diplomática portuguesa para referir o interesse que existiria em o novo cargo ser ocupado por uma personalidade portuguesa.

I — O embaixador brasileiro Frank da Costa sugere a candidatura de Melo Antunes

O embaixador Frank da Costa havia presidido ao comité preparatório da Conferência sobre Ciência e Tecnologia que decorreu, em Agosto do ano passado, em Viena de Áustria, e nessa altura, numa deslocação a Portugal, teve oportunidade de conhecer e contactar longamente com Melo Antunes.

Em finais de Novembro, Futscher Pereira informaria o V Governo do interesse referido por Frank da Costa, considerando ainda que seria vista com bons olhos a indicação de um candidato português. Nessa altura, eram já conhecidas as candidaturas da Roménia, Venezuela, Peru, México, Índia, Senegal e Tanzânia, mas admitia-se que a escolha pudesse recair num europeu, em virtude do lugar ficar na dependência de um africano.

Desta forma, e ao contrário do que foi já insinuado por certos meios de informação o empenhamento da antiga primeiro-ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo e do próprio Presidente da República só surgiria nesta altura e, muito especialmente, depois de um contacto estabelecido com o próprio secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, em que este se mostrou empenhado na candidatura portuguesa, apoiando, inclusivamente, a indicação de Melo Antunes, cuja personalidade já conhecia.

II — Melo Antunes conhece o apelo de Waldheim e aceita

Nestas circunstâncias, o Presidente da República, com o inteiro apoio do V Governo, solicitou ao tenente-coronel Melo Antunes que aceitasse a apresentação da sua candidatura. Invocando as funções que actualmente exerce e as responsabilidades que daí decorrem durante o presente período de transição, Melo Antunes não se mostrou inclinado a aceitar que o seu nome fosse para tal fim indicado, apenas modificando a sua atitude quando lhe foi ponderado, entre outros aspectos, o prestígio e utilidade que para Portugal adviriam da designação de um nacional português para o exercício de tão altas funções.

III — Os factores que contribuíram para a candidatura

Só nessa altura foi formalizada pelo V Governo, com o empenho do general Eanes, a candidatura de Melo Antunes ao cargo de secretário-geral adjunto da ONU para a Ciência e Tecnologia.

Para esta tomada de posição vários factores terão contribuído: o interesse demonstrado por várias altas personalidades internacionais — nomeadamente Waldheim, Frank da Costa, diplomatas de países africanos e não-alinhados — de uma candidatura portuguesa, e expressamente a de Melo Antunes; o perfil específico do lugar, assente que ficou no âmbito das Nações Unidas — como o próprio Waldheim tem a oportunidade de publicá-lo em Viena — e a sua relevância técnica em favor dos problemas que o futuro titular do cargo será chamado a superar no contexto dos diversos «diálogos» entre grupos de nações para quem o grau dispar de apetrechamento científico e tecnológico é uma das vitais questões a defrontar na década que se inicia; por último, a importância de que se revestiria para a política externa portuguesa a possibilidade de ver colocado num dos mais importantes centros de decisão mundial um cidadão português.

IV — 20 de Dezembro: formalizada a candidatura

Nesta conformidade Futscher Pereira seria recebido, em 20 de Dezembro, pelo secretário-geral da ONU a quem daria conhecimento da candidatura de Melo Antunes e faria entrega de sucintas notas biográficas do presidente da Comissão Constitucional.

V — Freitas do Amaral manda retirar a candidatura contra a opinião do Conselho de Ministros

O prof. Freitas do Amaral, ao chegar ao Palácio das Necessidades, encontrou, naturalmente, toda a correspondência trocada sobre a matéria entre o MNE e a missão de Portugal da ONU e, num gesto que é considerado por certos círculos políticos como «gratuito e precipitado», mandou retirar a candidatura, sem prévia informação do Presidente da República ou qualquer comunicação a Melo Antunes.

Uma alta fonte governamental, comentando afirmações atribuídas por um matutino do Norte a um membro do Governo e segundo as quais «o Governo já tomou medidas para impedir a concretização» da candidatura de Melo Antunes diria:

— É falso. Nunca poderá ter dito isso, já que não é essa a posição do Governo.

Com efeito, segundo as informações de que dispomos, o consenso estabelecido em Conselho de Ministros em torno desta matéria era o de manter uma atitude de absoluta neutralidade, isto é, de manutenção, sem apoio, da candidatura de Melo Antunes.

O certo é que o ministro dos Negócios Estrangeiros expediu para Nova Iorque instruções para a retirada da candidatura de Melo Antunes, sem mesmo se ter interessado em averiguar se seria possível a candidatura de uma qualquer outra individualidade portuguesa. A mensagem de Freitas do Amaral seria, aliás, transmitida imediatamente a Kurt Waldheim, por Futscher Pereira.

VI — Sá Carneiro rectifica: candidatura mantém-se mas o Governo é neutral

«Confundido» terá ficado por certo o próprio primeiro-ministro ao tomar conhecimento do teor das instruções enviadas pelo seu ministro dos Negócios Estrangeiros e isto porque, ainda segundo as nossas fontes, a posição de Sá Carneiro, de que deu conhecimento a Eanes, seria de «grande correcção», o que parece não confundindo, como terá feito Freitas do Amaral, os interesses do Estado com os meramente ideológico ou partidário.

Não será fácil saber, neste momento, quais os argumentos com que Sá Carneiro obteve de Freitas do Amaral a reconsideração daquelas instruções e o envio de uma nova mensagem em que se dá o dito por não dito.

A nova mensagem foi, com efeito, no sentido de não ser retirada a candidatura de Melo Antunes considerando no entanto que a missão portuguesa devia ter uma posição de neutralidade sobre o assunto.

VII — Duas interrogações sobre atitudes de Freitas do Amaral

O já chamado «caso Melo Antunes» é, desta forma, mais uma peça do já vasto e interessante «dossier» da actuação do Ministério dos Negócios Estrangeiros sob a chefia do prof. Freitas do Amaral e integra-se no estilo já imprimido a outros casos relevantes, como o da embaixadora Maria de Lurdes Pintasilgo ou o referente ao antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz (ver, a este propósito, movimento diplomático).

As interrogações que se podem colocar em torno do «caso Melo Antunes» parecem ser para já de duas ordens: em primeiro lugar, e pelos sinais já conhecidos, a política externa portuguesa — que se proclama de alinhada — estaria afinal a ser simplesmente seguidista. Mas em relação a quem? A Europa Ocidental, como se diz? Alguns círculos diplomáticos desta área, com quem contactámos, deixaram-nos perceber que apreciariam ver no desempenho do lugar de secretário-geral adjunto uma personalidade portuguesa, incluindo o próprio Melo Antunes. Ao Terceiro Mundo e aos países não-alinhados? Evidentemente que não, dados os apoios que nessa área, Melo Antunes reconhecidamente desfruta.

Em segundo lugar, para os dirigentes centristas, Melo Antunes será tão-só um inimigo a abater por qualquer meio? Um «aliado» (insuspeitado pelo próprio...) a manter custe o que custar em Lisboa? Ou, simplesmente, um fantasma cuja volume é indispensável ampliar de modo a permitir a desfocagem dos objectivos principais daquilo que começa a ganhar os contornos de «estratégia centrista»?

Uma coisa parece certa: a posição adoptada a este respeito por Freitas do Amaral não contribuiu em nada para o reforço da imagem externa do Estado português.

VIII — Como se chegou à criação do cargo de secretário-geral adjunto

O cargo de secretário-geral adjunto da ONU para a Ciência e Tec-

nologia é da nomeação directa do secretário-geral que deverá consultar para o efeito o «grupo dos 77», os países ocidentais e de Leste, e muito especialmente os EUA, a RFA e o Japão. A decisão de Waldheim poderá ser tomada ainda no final deste mês ou princípio do próximo.

A criação deste novo organismo da ONU surgiu na sequência da Conferência sobre Ciência e Tecnologia realizada em Agosto do ano passado, em Viena. Nessa altura, entraram em conflito os países capitalistas e socialistas do hemisfério Norte, com os países do hemisfério Sul, defendendo os primeiros que o Centro para a Ciência e Tecnologia devia ficar na dependência da Unesco e os segundos, onde se destacava o «grupo dos 77», preconizando a criação deste novo órgão.

O assunto subiu à 2.ª comissão da ONU e no decorrer de duas semanas de intensos debates foi possível encontrar um consenso relativo às áreas que o novo órgão englobaria, não se tendo obtido acordo sobre o nível do novo lugar a criar no secretariado. O impasse principal estabeleceu-se na altura entre o «grupo dos 77» e os países da CEE.

Criou-se, finalmente, um grupo de trabalho que chegou a acordo sobre a criação de um Centro da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento chefiado por um secretário-geral adjunto. Esta resolução contaria com a abstenção dos «nove» e dos países socialistas.

O plenário da Assembleia Geral da ONU viria a aprovar esta recomendação por 114 votos a favor (países africanos, asiáticos, latino-americanos, Portugal, Áustria, Espanha e países nórdicos, com excepção da Dinamarca que se absteve) as abstenções dos países socialistas e da Austrália e o voto contra dos EUA.

Veiga Simão não sabe de nada

Contactado, ontem, por «O Jornal», a propósito de uma informação publicada no semanário «Tempo», segundo a qual Waldheim veria com agrado a indicação de Veiga Simão para o cargo de secretário-geral adjunto, esta personalidade referiu-nos: «é a primeira vez que oiço falar numa coisa dessas e é «O Jornal» que me dá a notícia...»